

# A fraude da História nas obras de Leandro Narloch e Olavo de Carvalho

*The fraud of History in the works of Leandro Narloch and Olavo de Carvalho*

Beatriz Correia da Silva<sup>1</sup>

## **Resumo**

Este trabalho visa analisar as literaturas O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota, do escritor Olavo de Carvalho e o Guia politicamente incorreto da história do Brasil de Leandro Narloch no que concerne ao conteúdo sobre o período ditatorial brasileiro (1964 – 1985). Busca-se demonstrar como ambas as literaturas, através de uma instrumentalização falseadora da história, convergem na tentativa de reabilitação do passado autoritário.

**Palavras-Chave:** Período ditatorial; Leandro Narloch; Olavo de Carvalho.

## **Abstract**

This paper aims to analyze the literature O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota, by writer Olavo de Carvalho and Guia politicamente incorreto da história do Brasil by Leandro Narloch regarding the content about the Brazilian dictatorial period (1964-1985). We seek to demonstrate how both literatures, through a distorting instrumentalization of history, converge in the attempt to rehabilitate the authoritarian past.

**Keywords:** Dictatorial Period; Leandro Narloch; Olavo de Carvalho

1 beatrizcodasilva@gmail.com

## INTRODUÇÃO

De acordo com o historiador Antoine Prost (2020, p. 253) “todo aquele que decide escrever sobre a história pode ser incluído em duas posturas valorizantes”. Inovação e desmistificação podem ser definidas como a convicção em fazer a história de uma outra maneira, elucidando os erros e abusos de seus contraditores. É certo que essas posturas nem sempre são razoáveis e, no caso das literaturas aqui analisadas – O Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil e O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota –, são mobilizadas, em meio a disputas, por novos regimes de verdade. Muito além do que apenas uma “provocação”, estas obras se propõem a fortalecer a construção de uma “história alternativa” (NETO; PERLATTO, 2022), que fraudava a história através da instrumentalização de meias verdades, assim como da negação, na tentativa de “tirar a lama dos personagens que a história combatente executou” (NARLOCH, 2011, p. 17), a fim de justificar a reabilitação de um passado traumático.

Esse trabalho se propõe a analisar essas literaturas fronteiriças, no que tange ao conteúdo sobre o período ditatorial brasileiro (1964-1985). Entretanto, inicialmente, torna-se necessário estabelecer uma diferenciação entre a natureza de ambas as fontes. Tanto o Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil, quanto O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota, possuem por objetivo o ataque aos consensos historiográficos, contudo, o faz partindo de pontos distintos. Leandro Narloch (1978), pode ser definido como um revisionista ideológico: o jornalista não nega que houve um golpe militar no Brasil em 1964, entretanto, busca a legitimação do regime, qualificando-o como um mal necessário, frente à radicalização da esquerda e a ameaça da implementação do comunismo. Olavo de Carvalho (1947 – 2022), por outro lado, pode ser definido como um negacionista da história: sob sua perspectiva, nunca houve um golpe militar no Brasil. Preferindo a nomenclatura “Revolução” ao invés de “golpe”, Olavo define os acontecimentos de 1964 como uma Revolução bem-sucedida, que extirpou a ameaça do comunismo no solo brasileiro. Mesmo construídas sobre naturezas diferentes, ambas as literaturas se caracterizam, como descreve a historiadora Caroline Bauer (2017, p.41), “pela busca de justificativas que legitimem o terrorismo de Estado”.

Os conceitos de revisionismo e negacionismo converteram-se em temas bastante discutidos na historiografia acadêmica das últimas décadas. E “embora revisionismo e negacionismo sejam termos e conceitos que aludem a coisas distintas, não raramente são confundidos em estudos sobre diferentes temáticas e conjunturas” (CORDEIRO; ROLLEMBERG, 2020, p. 58). Apesar de destacar-se, atualmente, pela sua caracterização negativa, o revisionismo deve ser entendido como um fenômeno dual, capaz de abranger conotações distintas, dependendo dos grupos que o apropriam. Nesse sentido, os revisionismos – seja o exercido dentro da academia, por historiadores profissionais, ou fora dela – podem assumir caráter ideológico de acordo com os contextos em que se manifestam. Assim, de acordo com o historiador italiano Enzo Traverso (2021, p. 178):

Uma curta genealogia revela que, longe de ser exclusivamente historiográfico, «revisionismo» é também um fenômeno político profundamente relacionado a atitudes e declarações que transcendem as fronteiras acadêmicas e colocam em questão a relação de nossas sociedades com seu passado.

Assim, “existem, portanto, revisões de natureza diferente: algumas são fecundas, outras discutíveis, outras, enfim, profundamente nefastas” (TRAVERSO, 2017, p. 35). Apesar de configurar-se como um conceito de difícil definição, o revisionismo divide-se em duas vertentes: na primeira, no que tange ao revisionismo histórico, configura-se como uma ferramenta inerente a todo historiador, que, diante do surgimento de novas evidências, sempre estará “revisando” seus postulados e objetos de estudo. Como explica Napolitano (2021, p. 98- 99):

Em linhas gerais, podemos definir revisionismo como um processo de revisão do conhecimento factual e das interpretações historiográficas dominantes, com base em novas questões teóricas, novas hipóteses, novos métodos de análise e novas fontes primárias. Assim, há a revisão historiográfica como procedimento que é fruto do avanço do conhecimento, da mudança de perspectivas e do surgimento de novas fontes. Este é o oxigênio da área de História, mesmo quando remexe em passados sensíveis e explicações aceitas.

Na segunda, o revisionismo assume conotações ideológicas. A ideologia, na concepção marxista, constitui-se como um instrumento de manutenção da hegemonia da classe que domina. Ela pode ser definida, então, como “um instrumento de dominação de classe” (CHAUÍ, 1985, p. 103), que possui por objetivo apaziguar e ocultar as divisões sociais existentes. Servindo a classe dominante, a ideologia advoga na construção de um conjunto homogêneo de ideias, que visa ser aceito por toda a sociedade como universal, silenciando as outras classes e seus discursos, privilegiando apenas os discursos das classes dominantes. Assim, o discurso ideológico é permeado “de ‘brancos’, de ‘lacunas’ ou de ‘silêncios’ que nunca poderão ser preenchidos sob pena de destruir a coerência ideológica” (CHAUÍ, 1985, p. 114). Em outras palavras, o discurso de matriz ideológica “não diz tudo e não pode dizer tudo. Se dissesse tudo, se quebraria por dentro” (CHAUÍ, 1985, p. 115). A ideologia, nesse sentido, “não tem história, mas fabrica histórias imaginárias que nada mais são do que uma forma de legitimar a dominação da classe dominante” (CHAUÍ, 1985, p. 122). Portanto, no que concerne à escrita da história, o revisionismo ideológico consiste em tentativas de construir versões sobre o passado que confirmam legitimidade ao discurso das classes dominantes sobre os grupos por elas historicamente explorados.

No tocante ao negacionismo, a origem do termo remonta aos anos de 1987, quando o historiador Henry Rousso concebeu o termo, para referir-se aos negadores dos crimes nazistas. Na escrita da história, o negacionismo assume por característica a rejeição ao:

[...] conhecimento histórico estabelecido em bases científicas e metodológicas reconhecidas, em nome de uma suposta “verdade oculta” pelas instituições acadêmicas, científicas e escolares devido a supostos “interesses políticos ligados ao sistema”. Assim, os negacionistas alimentam e são alimentados pelas diversas “teorias da conspiração” que sempre existiram, mas que nos primeiros anos do século XXI têm sido canalizadas por interesses políticos, sobretudo de partidos e líderes políticos de extrema-direita, para combater os valores progressistas e democráticos (NAPOLITANO, 2021, p. 98).

Sob esta perspectiva, dentro do recorte estabelecido nestas literaturas, visando a análise do conteúdo sobre a ditadura civil-militar brasileira, os capítulos escolhidos foram: comunistas, presente no Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil, e História e embuste, do livro O Mínimo que

you need to know not to be an idiot. The fraud of the history, led to the end by these authors, has as its main arguments: (1) the defense of the communist advance as a real danger for Brazilian democracy before 1964; (2) the defense of the mild character of the Brazilian dictatorship; (3) the overvaluation of the role of the armed left as a factor of regime enrichment.

## A DEFESA DO AVANÇO COMUNISTA

Defended, primarily, by the Armed Forces and by conservative sectors, the main argument of justification for the 1964 coup resides in the affirmation of the fight for the defense of the country against the communist advance. As exemplified by the former federal deputy and former captain of the army, Aroldo de Oliveira, in the debates about the implementation of the National Truth Commission, in 2011, “[...] for two times, there was an intention by the arms, by idealist communists to implant a communist regime in Brazil”. In this version of events about 1964, the military intervention is characterized as a counter-revolution, which, attending to the “clamor of the Brazilian nation”, reestablished order, ensuring the victory of democracy. Thus, for Auro de Moura Andrade, president of the National Congress in 1964, in his discourse at the March with God, for freedom,

the people came to the public square to demonstrate their confidence in democracy. He came to affirm before the nation that the democrats will not allow the communists to become the masters of the Fatherland. Democrats of Brazil, have confidence, do not lose confidence in the glorious Armed Forces of our Fatherland. Within each of us, there is not only a body, but also a conscience and a sworn oath. (MOURA In: Folha de S. Paulo, 1964).

Sharing this interpretation of the past, in what touches the chapters analyzed, the discourse around the communist threat is adhered to, reinforced and defended. In this sense, the narratives of both literatures are constructed, possessing as a common nucleus the red danger as the main factor of justification for the military intervention in 1964. Thus, anticommunism becomes a common language and the main cornerstone present in this community of memories. In consonance with the discourse of the Armed Forces and conservative sectors, Olavo de Carvalho exalts the “Revolution of March” as a unique process, without similarities with any other in the history of Latin America. In the words of the journalist,

if there was in the history of Latin America an episode sui generis, it was the Revolution of March (or, if you prefer, the April coup) of 1964. In a decade in which guerrillas and assassinations were everywhere, kidnappings and bombings were part of the daily life and the ascent of communism seemed irresistible, the major revolutionary scheme already mounted by the left in this continent was dismantled overnight and without any shedding of blood (CARVALHO, 2013, p. 334).

Leandro Narloch also advocates in defense of the argument of the red danger. Seeking to minimize the illegal violence of the State, Narloch reinforces the narrative of communism as a real danger to Brazilian society, in 1964. From his perspective,

alguém poderá dizer que a reação dos militares ao terrorismo foi exagerada. A ditadura passou um trator de tortura em cima de um punhado de jovens com ideias ingênuas, que dificilmente teriam força para tomar o poder. Isso pode ser verdade, mas não era seguro pensar assim naquela época. Qualquer notícia de movimentação comunista era um motivo razoável de preocupação. A experiência mostrava que poucos guerrilheiros, com ajudas de partidários infiltrados nas estruturas do Estado, poderiam sim derrubar o governo (NARLOCH, 2011, p. 321).

Contudo, ao mesmo tempo, em que aponta o comunismo como um perigo real à sociedade brasileira, Narloch se contradiz ao afirmar que “mesmo na história do Brasil, em que o comunismo não passou de um plano, é fácil compará-lo a uma religião” (NARLOCH, 2011, p.328). Nesse sentido, nos cabe indagar: o comunismo apresentou-se como um perigo real em 1964? Entre historiadores, a defesa do “perigo vermelho” se apresenta mais como uma justificativa para a tomada do poder ilegal por setores golpistas, e menos como um fato comprovado. Como pontua Motta (2021, p. 41-42), em 1964, “a revolução comunista não estava no horizonte, nem mesmo para maioria dos (poucos) comunistas efetivos, que apostavam no programa de reformas de base em aliança com políticos ‘burgueses’ e lideranças nacionalistas”. O próprio Partido Comunista Brasileiro (PCB), ilegal em 1964, mas ainda portador de grande expressividade política, apostava em uma linha política mais moderada e legalista. Desse modo, é possível refutar a afirmação de Carvalho de que existiu, em 1964, um esquema revolucionário arquitetado pela esquerda. Primeiramente, porque o golpe aconteceu sem nenhuma resistência por parte das forças progressistas e de esquerda brasileiras, que, após a tomada de poder ilegal, encontravam-se “desarmadas, desorganizadas e fragmentadas, as forças progressistas e de esquerda nenhuma resistência ofereceram aos golpistas” (TOLEDO, 2004, p. 24).

Em segundo lugar, como afirma Motta (2021, p. 31) “os comunistas não estavam em vias de controlar o país nem tinham recursos para tanto”. Havia sim, por parte da esquerda radical (segmento minoritário dentro do campo da esquerda política), o desejo de revolução aos moldes da Revolução cubana, entretanto, a falta de recursos e de apoio social transformavam o desejo mais em uma utopia do que em realidade concreta. No desenvolvimento de sua narrativa, Carvalho não estabelece nenhuma diferenciação do que conceitua como esquerda política. O jornalista não oferece ao leitor nenhuma distinção entre comunistas – que, em 1964, se caracterizavam como um grupo minoritário – e as outras vertentes da esquerda (trabalhistas, cristãos, nacionalistas). Conceituando comunistas e esquerdistas como uma coisa só, Carvalho, em sua narrativa, constrói a esquerda como um bloco homogêneo, atribuindo ideais revolucionários a todo o segmento. Nesse sentido, ao designar toda a esquerda como comunista, Carvalho propaga um anticomunismo oportunista, que possui por objetivo aumentar o medo ante a sociedade da esquerda política, assim como “aumentar o medo em relação às mudanças sociais” (MOTTA, 2021, p.33).

A instrumentalização do comunismo como um perigo real à ordem social, tanto em 1964 quanto atualmente, revela o que o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2000) denomina como “indústria do comunismo”. Nesse sentido, o que se apresenta é a exploração do “fantasma comunista”, a fim de garantir sustentação e legitimação de “intervenções autoritárias na vida política nacional” (MOTTA, 2000, p. 204). O uso do comunismo como “cortina de fumaça”, que mascara a verdadeira intenção dos usurpadores do poder, não é originário de 1964. A demonização do comunismo remonta ao contexto pós-levante de 1935, em que a ameaça comunista foi apresentada como justificativa da instauração da ditadura do Estado Novo (1937). Segundo o historiador,

os acontecimentos de novembro de 1935 têm uma importância marcante na história do imaginário anticomunista brasileiro, na medida em que forneceram argumentos para solidificar as representações do comunismo como um fenômeno essencialmente negativo. O episódio sofreu um processo de mitificação, dando origem a uma verdadeira lenda negra em torno da “Intentona Comunista”. O levante foi representado como exemplo de concretização das características maléficas atribuídas aos comunistas (MOTTA, 2000, p. 105).

O medo, orquestrado pelo imaginário anticomunista, mascara um enredo bem mais complexo do que a narrativa do “perigo vermelho” permite apreender. O golpe de 1964 não significou o fim da ameaça comunista, pois, como vimos, ela nem sequer existiu. Após o golpe, “alguns líderes golpistas declararam ter havido exagero nas avaliações anteriores, ou seja, o perigo comunista havia sido superestimado” (MOTTA, 2021, p. 43). A tomada de poder em 1964 significou um golpe contra a ampliação da democracia reivindicada pelos setores sociais. Como afirma o professor Caio Navarro Toledo (2004, p. 15),

em síntese, as classes dominantes e suas elites ideológicas e repressivas, no pré-64, apenas enxergavam baderna, anarquia, subversão e comunização do país diante de legítimas iniciativas dos operários, camponeses, estudantes, soldados e praças, etc. Por vezes, expressas de forma altissonante e retórica, tais demandas, em substâncias, reivindicavam o alargamento da democracia política e a realização de reformas do capitalismo brasileiro.

Sob essa perspectiva, a verdadeira ameaça do período não era o comunismo, mas a luta pelo alargamento da democracia, que ameaçava o status quo da sociedade brasileira. Como pontua Motta (2021, p. 21),

uma das motivações era conter o crescente ativismo dos movimentos sociais, que demandavam reformas para a redução das desigualdades, com destaque para movimentos camponeses, operários, estudantes e das populações que viviam em habitações precárias (“favelados”). A proposta de “reformas de base” se instalou no debate público dos anos de 1960, notadamente as reformas agrária, urbana, universitária e política, que buscavam melhorias sociais e a ampliação da cidadania.

Como ressalta Napolitano (2014, p. 13), “mirando nos comunistas, os golpistas de 1964 varreram o reformismo da agenda política brasileira”. É certo que os discursos inflamados por parte da esquerda contribuíram para o aumento das tensões. Como explica Toledo (2004, p. 23), “alguns gestos e declarações de lideranças importantes do movimento nacionalista - pelo radicalismo verbal de que se revestiram - tiveram o efeito inesperado de unificar a direita civil e militar”. As Ligas Camponesas, ficaram conhecidas pelo lema “reformas na lei, ou na marra”. Luís Carlos Prestes “teria dito - de forma defensiva, mas num tom abusivo - que as cabeças dos golpistas iriam rolar caso ou sassem dar o primeiro passo” (TOLEDO, 2004, p. 27). Entretanto, com o golpe de 1964, a radicalização de lideranças de esquerda provou ficar restrita somente aos discursos. Como pontua o historiador Carlos Fico (2017, p. 09) “poderíamos talvez falar em pressões indevidas, não em golpismo”.

Contudo, os discursos inflamados por parte da esquerda, juntamente com a utilização dos “mecanismos de forte pressão” (FICO, (2017, p. 09) alimentou versões – como as usadas por Narloch,

de que, em 1964, o golpe viria tanto pela esquerda, quanto pela direita – que, historicamente, já foram criticadas, mas que ainda reforçam a versão golpista de que o golpe de 1964 se configuraria como “preventivo”. Independentemente de como foram formadas e interpretadas as versões golpistas sobre os acontecimentos de 1964, “é preciso sempre lembrar e ressaltar que quem planejou e desencadeou o golpe contra a democracia foram as classes dominantes através de suas forças políticas e entidades de classe” (TOLEDO, 2004, p. 24). O golpe de 1964, sob a farsa do perigo comunista, significou o retrocesso de um amplo debate político, econômico e cultural. Significou o controle e o alijamento de setores populares do cenário político, além de inaugurar um dos períodos mais obscuros de nosso passado recente.

## A DEFESA DO CARÁTER “BRANDO” DA DITADURA

A tentativa de qualificação de ditaduras como “brandas” não é uma especificidade brasileira. Em setembro de 1968, o General Augusto Pinochet também caracterizou como brando o regime ditatorial chileno. De acordo com o ex-ditador, “esta nunca foi uma ditadura, senhores, é uma dictablanda” (WEISSHEIMER, 2011). A falácia sobre a “ditabranda”, em relação ao regime militar brasileiro, tem por fundamento dois discursos principais: o primeiro reside na defesa de que as outras ditaduras do Cone-Sul foram mais violentas e causaram mais mortes do que a ditadura brasileira. O segundo reside na culpabilização das esquerdas pela violência praticada durante o regime. Apropriando-se da “teoria dos dois demônios”, esse discurso tem por objetivo equivaler à violência praticada pela esquerda com a violência praticada pelo Estado durante o período, conforme abordaremos adiante.

No que se refere à ditadura brasileira, um dos argumentos que alimenta o discurso sobre a “ditabranda” reside na afirmação da permanência do “espaço democrático” entre os anos iniciais do regime. Como pontua Narloch (2014, p. 316 – 318),

apesar da Ditadura ter começado em 1964, até 1968 o governo tinha de levar as leis para serem apreciadas no congresso e as pessoas podiam responder processos criminais em liberdade. Esperava-se que os militares logo promovessem eleições, ainda que indiretas, o que poderia restabelecer o governo civil. O regime só endureceu de verdade em dezembro de 1968, com o Ato Institucional número 5.

Na obra de Narloch, um dos principais mecanismos de manipulação da história consiste, justamente, no uso de uma afirmação verdadeira, já reconhecido pela historiografia, da qual o jornalista se apropria, alterando, em sua narrativa, o sentido originário, a fim de oferecer sustentação para o seu argumento. A defesa do argumento da permanência do “espaço democrático”, mesmo após o início do regime, deve ser analisada com cuidado. De fato, como pontua o historiador Marcos Napolitano (2014, p. 74) “é inegável que a fase pré-AI-5 ainda não era marcada pela censura prévia e rigorosa e pelo terror do Estado sistemático contra opositores, armados ou não”. Contudo, esse fato não torna o regime menos autoritário e tampouco brando.

Um dos principais objetivos do golpe de 1964 era, como já discutimos, pôr fim ao avanço da luta pelas reformas de base, destruindo, como pontua Napolitano (2014, p. 75) “uma elite política e intelectual reformista cada vez mais encastelada no Estado”. Nesse sentido, o endurecimento do re-

gime para lideranças políticas e sindicais começou momentos após o golpe. “Um rápido exame nas listas de cassados demonstra o alvo do autoritarismo institucional do regime: lideranças políticas, lideranças sindicais e lideranças militares (de alta e baixa patente) comprometidas com o reformismo trabalhista” (NAPOLITANO, 2014, p. 75). Desse modo, é possível falarmos em uma repressão seletiva que, por um lado, alijou do processo político lideranças políticas e sindicais, juntamente com os movimentos sociais de base popular, operária e camponesa, e que, por outro lado, em um primeiro momento, preservou artistas, jornalistas e intelectuais. Assim,

a relativa liberdade de expressão que existiu entre 1964 e 1968 explica-se menos pelo caráter “envergonhado” da ditadura e mais pela base social do golpe de Estado e pela natureza do próprio regime por ele implantado. Tendo forte apoio nas classes médias e produto de uma conspiração que envolveu setores liberais (ancorados na imprensa e nos partidos conservadores), os quatro primeiros anos dos militares no poder foram marcados pela combinação de repressão seletiva e construção de uma ordem institucional autoritária e centralista. Em outras palavras, a ordem autoritária dos primeiros anos do regime militar brasileiro estava mais interessada na blindagem do Estado diante das pressões da sociedade civil e na despolitização dos setores populares (operários e camponeses), do que impedir completamente a manifestação da opinião pública ou silenciar as manifestações culturais de esquerda (NAPOLITANO, 2014, p. 76).

De acordo com Antoon de Baets (2013), os abusos da história podem ser classificados em três níveis. O primeiro, definido como heurístico, ocorre antes do trabalho do historiador. Os abusos neste nível estão intimamente ligados à coleta das fontes, e podem ser caracterizados pela fabricação de fontes; danificação e destruição intencional do patrimônio, bem como pela inversão de informantes e testemunhas. O segundo nível, por sua vez, é definido como epistemológico, e ocorre quando, segundo De Baets (2013, p.28),

[...] alteram, desonestamente, o valor probatório de sua teoria não científica com o objetivo de fazê-la passar no teste de refutabilidade, - por exemplo, omitindo, distorcendo ou inventando dados, apresentando deliberadamente teorias não científicas como científicas, ou distorcendo teorias científicas; eles cometem um abuso epistemológico. Essa é a forma clássica de abuso. Geralmente, esse tipo caracteriza-se pela tentativa de apropriar-se do respeito e da confiança associados à produção historiográfica séria.

O último nível, nomeado pragmático, está intimamente ligado à recepção do trabalho realizado. Os abusos cometidos neste nível possuem como característica a mentira “sobre a autoria ou sobre o estatuto de seu trabalho, ou quando outros interferem sobre ele de forma irresponsável” (BEATS, 2013, p. 28). A fraude de Narloch à história ocorre tanto no nível epistemológico, quanto no nível pragmático. No nível epistemológico, Narloch apresenta os dados sem inseri-los em seu devido contexto. No nível pragmático, o autor deturpa as informações de outros historiadores, a fim de conferir legitimidade ao seu argumento.

Olavo de Carvalho vai mais além na tentativa de defesa do falso caráter “brando” do regime. Assumindo um posicionamento contrário à historiografia, Carvalho nega qualquer violência exercida pelo regime em seus anos iniciais. De acordo com o jornalista,

quem disser que no primeiro desses períodos houve restrição séria, estará mentindo. Caste-



lo demoliu o esquema político comunista, sem sufocar as liberdades públicas. Muito menos houve qualquer violência física nessa época, exceto da parte dos comunistas que praticaram 82 atentados que, no período seguinte pleno, as repressões sangrentas, o abuso generalizado da autoridade (CARVALHO, 2013, p. 349).

Ao negar qualquer violência nos anos iniciais do regime, Olavo de Carvalho não oferece nenhum referencial empírico ou factual que valide as proposições contidas em suas afirmações. De acordo com Antoine Prost (2013, p. 258), “a verdade, na história, é o comprovado”. Nesse sentido, a fraude da história na obra de Carvalho ocorre porque as proposições contidas em seus escritos não são verificáveis. Diferentemente do escrito historiográfico, em que as hipóteses são levantadas com base em evidências passíveis de verificação, o texto de Carvalho

[...] não se pauta pela apresentação de teses, mas pelo estabelecimento de uma proclamação (o assassinato sistemático e planejado de milhões de judeus no Terceiro Reich não existiu) e pela busca dos meios para dar plausibilidade a esta proclamação a um público leitor que não tem a sua disposição instrumentos de avaliação de suas proposições (MORAES, 2011, p. 10).

Assim, sem apresentar qualquer fonte passível de evidenciação, Carvalho oferece “ao público receptor um pseudopassado, ou seja, uma narrativa com afirmações falsas sobre um tempo passado” (MORAES, 2011, p. 02), do qual procura realizar a reabilitação no cenário público. Ao estabelecer que todo aquele que posicionar-se contra as suas afirmações estará mentindo, Carvalho possui por objetivo levar ao descrédito o conhecimento científico produzido pela historiografia. O jornalista refere-se às pesquisas produzidas pela academia sobre 1964 como uma “falsificação esquerdista, camuflada ou não sob aparência acadêmica respeitável” (CARVALHO, 2013, p. 348). A recusa do conhecimento através da negação da evidência é um dos princípios básicos do negacionismo. Como descreve Moraes, (2011, s/p),

falar do negacionismo é tratar de uma falsificação em um duplo sentido. Por um lado, trata-se de uma historiografia falsificada, ou seja um texto que falsifica de forma consciente suas referências de legitimidade, reivindicando o caráter de escrito historiográfico sem sê-lo. Por outro, trata-se de um passado falsificado, que também de forma consciente é produzido, ancorado na recusa de todos os indícios e evidências que o contradigam, reivindicando o caráter de verdade sem sê-lo.

Carvalho, ao criticar a historiografia, alimenta clichês sobre a ditadura civil-militar, assim como reforça as versões golpistas. De acordo com o jornalista, “deixados à vontade no seu feudo intelectual, os derrotados de 1964 obtiveram assim uma vingança literária, monopolizando a indústria das interpretações do fato consumado” (CARVALHO, 2013, p. 347). O posicionamento do jornalista converge com a versão de setores militares de que, em 1964, “havia ganhado a batalha contra a ‘subversão’, mas perdido a ‘batalha das memórias’” (BAUER, 2018, p. 198). No que tange à defesa do caráter “brando” do regime, a historiografia, através de evidenciação, já demonstrou que

[...] o projeto repressivo baseado numa “operação limpeza” violenta e longeva estava presente desde os primeiros momentos do golpe. Assim, o Ato Institucional nº 5 foi o amadurecimento de um processo que se iniciara muito antes, e não uma decorrência dos episódios de 1968, diferentemente da tese que sustenta a metáfora do “golpe dentro do golpe”, segundo a qual o AI-5

iniciou uma fase completamente distinta da anterior. Trata-se de reafirmar a importância, como projeto, do que pode chamar “utopia autoritária” (FICO, 2004, p. 33-34).

Outro clichê reforçado por Olavo de Carvalho, presente na falácia sobre a “ditabranda”, repousa na defesa do ex-ditador Castelo Branco como “uma espécie de ditador bem-intencionado” (NAPOLITANO, 2014, p. 77). De acordo com o jornalista, “Castelo demoliu o esquema comunista, sem sufocar as liberdades públicas” (CARVALHO, 2013, p. 349). Em outro trecho, salienta: “na minha opinião pessoal, Castelo foi um homem justo e um grande presidente” (CARVALHO, 2013, p. 350). Adjetivos como justo, legalista e moderado foram imputados ao ex-ditador com o passar dos anos. Entretanto, uma análise mais crítica de seu governo nos revela uma realidade bem distinta do que seus admiradores nos apresentam. Como pontua Napolitano (2014, p. 78),

embora tenha passado à história como o maior representante da “ditabranda”, o governo Castelo Branco foi o verdadeiro construtor institucional do regime autoritário. Nele foram editados 4 Atos Institucionais, a Lei de Imprensa e a nova Constituição, que selava o princípio de segurança nacional e que, doravante, deveria nortear a vida brasileira. A Comissão Geral de Inquérito esteve atuante, tocando mais de setecentos IPMs que alimentavam mais o furor persecutório da direita militar do que propriamente produziam resultados efetivos. Na dinâmica das sanções legais aos adversários do regime com base nos Atos Institucionais, o governo Castelo Branco se destaca: dos 5.517 punidos por este tipo de ato do regime, 65% (ou 3.644) o foram durante o governo Castelo. Além de civis, os militares afinados com o governo deposto foram particularmente punidos durante o governo Castelo, concentrando cerca de 90% das 1.230 sanções feitas a militares ao longo do regime.

Ao contrário do que essas literaturas buscam legitimar, a ditadura militar não foi branda em nenhum momento de sua história. O regime militar se caracterizou pelo aperfeiçoamento nas técnicas de terror e, apesar da violência ser um traço marcante na sociedade brasileira desde sua gênese, a ditadura civil-militar “recorreu de forma mais sistemática e intensa, às instituições de violência” (PINHEIRO, 1991, p. 51). Desde a publicação dos relatos do Brasil Nunca Mais, tornaram-se evidentes as graves violações à pessoa humana perpetradas pelo Estado ditatorial durante o regime, especialmente a prática da tortura. De acordo com o relatório (BNM, 1986, p. 53),

na verdade, embora a tortura seja instituição muito antiga no país e no mundo todo, ela ocupou, no Brasil, a condição de instrumento rotineiro nos interrogatórios sobre atividades de oposição ao regime, especialmente a partir de 1964.

Nesse sentido, por trás da falácia da “ditabranda”, esconde-se o desejo de ocultação e isenção da responsabilidade do Estado brasileiro pelos crimes e abusos cometidos durante o regime.

## A SUPERVALORIZAÇÃO DO PAPEL DAS ESQUERDAS ARMADAS

Os argumentos de justificação para a tomada de poder ilegal em 1964 perpassam pela falsa construção do comunismo como um perigo real à ordem social, juntamente com a defesa do caráter brando da ditadura, e culminam na culpabilização da luta armada pelo endurecimento do regime. A luta armada converteu-se no argumento justificador para o terrorismo do Estado. Sob essa perspectiva, as argumentações de ambas as literaturas são desenvolvidas através da valorização excessiva

siva do papel da esquerda armada, juntamente com a tentativa de atenuar o papel dos militares no regime. Conforme afirma Narloch (2014, p. 314), “a guerrilha provocou o endurecimento do regime militar”. Assim, as narrativas são construídas elucidando uma ditadura “branda” que, em seu início, preservou um “espaço democrático”, que entrou em declínio graças às ações dos grupos armados, que engendraram o endurecimento do regime em 1968.

Essa linha narrativa, como já discutimos, tenta apagar a violência estatal exercida desde a gênese do golpe, assim como busca equivaler à violência praticada pelos grupos armados com o Estado autoritário. Nesse sentido, ambas as literaturas falseiam a história, invertendo a realidade histórica sobre o período, pois, como veremos adiante, não foi a guerrilha que provocou o fechamento do regime, mas o endurecimento do mesmo foi o que possibilitou a ascensão dos grupos guerrilheiros. A argumentação da guerrilha como fator primordial para o endurecimento do regime já foi analisada e descartada pela historiografia séria. O anseio punitivo do Estado não deve ser tido como uma reação à esquerda armada, pois, como já analisamos, o caráter repressivo do Estado já se mostrava presente desde os primeiros momentos pós-golpe. Dessa forma, a afirmação apresentada por Narloch de que a luta armada seria responsável pelo endurecimento do regime não se sustenta, posto que, como pontua Motta (2021, p. 40),

na verdade, a ditadura militar facilitou o caminho para a implementação das guerrilhas no Brasil, pois a repressão aos movimentos sociais reivindicativos e às lideranças de esquerda que apostavam na ampliação da democracia estimulou uma resposta violenta. Diante do regime político instalado em 1964, que prendia cassava os direitos políticos de seus adversários, muitas lideranças de esquerda aceitaram a tese de que a luta armada era o melhor caminho.

Após o golpe de 1964, a esquerda brasileira fragmentou-se em inúmeras dissidências. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), criticado por sua passividade ante ao regime ditatorial, assistiu ao surgimento de dissidências como a Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella, e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), que tinha como líder Mario Alves. Várias outras organizações revolucionárias surgiram devido às diversas dissidências no campo da esquerda pós 1964, sendo que a maioria delas tinham por horizonte a luta pela revolução e a implementação do socialismo e, apesar das divergências de como se chegaria ao socialismo, “quase todos os grupos apontavam a necessidade de resistência armada para derrubar o regime militar” (RIDENTI, 1992, p. 76). Em Os guerrilheiros não lutavam por liberdade, utilizando-se de historiadores como Daniel Aarão Reis Filho, Narloch desenvolve a sua narrativa evidenciando, principalmente, o caráter revolucionário das organizações guerrilheiras, o que de fato é verídico. Entretanto, novamente, Narloch fraudava a história ao utilizar-se de um fato comprovado pela historiografia, a fim de justificar uma visão distorcida sobre o passado.

É frequente o uso, por parte do jornalista, de sentenças como “fazendo algumas contas, é possível supor que a tragédia poderia ter sido ainda pior que as dos vizinhos sul-americanos” (NARLOCH, 2014, p. 325), ou “se o Brasil vivesse um regime como o cubano ou chinês, como sonhavam os guerrilheiros de esquerda, pelo menos mais 88 mil pessoas seriam mortas” (NARLOCH, 2014, p. 325). Os argumentos utilizados por Narloch não possuem qualquer validade histórica. Em primeiro lugar, suas afirmações se estabelecem no terreno da contrafactualidade e, diferentemente da escrita

historiográfica, não há evidências que comprovem seus argumentos, que são somente especulações. O uso de palavras como “fariam”, “poderiam” ou “se”, remontam mais a previsões ilusórias do que à história científica. A pesquisa histórica “não se trata daquilo que poderia ter ocorrido, mas como e porque ocorreu” (PIRATELI, 2017, p. 2802). Nesse sentido, como explica Hobsbawm (2013, p. 8-9),

o ponto do qual os historiadores devem partir, por mais longe que possam chegar, é a distinção fundamental e, para eles absolutamente central, entre fato comprovado e ficção, entre declarações históricas baseadas em evidências e sujeitas a evidenciação e aquelas que não são. [...] em resumo, acredito que sem a distinção entre o que é e o que não é assim não pode haver história.

Em segundo lugar, as conjecturas, assim como “as contas” realizadas por Narloch, são incorretas, pois todo o seu argumento está formulado sobre um cenário inexistente. Não houve chances no Brasil, para a tomada de poder pela via revolucionária, pois, como explica o historiador Carlos Fico (2017), a luta armada no Brasil foi pequena e inexpressiva – quando comparada às outras guerrilhas do Cone-Sul –, e pouco afetou o regime autoritário. De acordo com Filho (1985, p. 21),

naqueles anos alguns milhares, poucos, certamente, de mulheres e homens, quase todos muito jovens, lançaram-se a luta contra o poder, não imaginavam que se encontravam isolados política e socialmente. Foram massacrados. Tentando despertar as lutas sociais nas fábricas, nas escolas, nas áreas rurais. Nas casas e apartamentos onde se escondiam. No foco guerrilheiro do Araguaia. E principalmente, nas sofisticadas salas de tortura da Marinha do Exército e da Aeronáutica.

Diferentemente do que conjectura Narloch, tendo por referência a obra *A ditadura escancarada*, de Elio Gaspari, a luta armada não fracassou por seus ideais revolucionários, mas porque, “independentemente das intenções revolucionárias, os grupos armados não tinham a menor condição de enfrentar o poder da ditadura” (RIDENTI, 2007, p. 134). Por fim, vale a pena destacarmos que nenhum sistema/regime é igual ao outro. Nada na história se repete da mesma maneira. Cada acontecimento que desembocou em novos regimes, possuía especificidades próprias e surgiu em contextos específicos. Assim, não podemos afirmar que, se houvesse um governo revolucionário de esquerda, ele seria igual ao regime cubano ou chinês. Apesar da grande influência internacional, os guerrilheiros entendiam as peculiaridades da sociedade brasileira.

[...] não pensem que a Nova Esquerda ou os próprios militantes do PCB fossem instrumentos cegos, ou teleguiados das teorias importadas. Na verdade, é possível evidenciar na luta política a assimilação seletiva das contribuições do movimento comunista internacional. Assim, não é por ler Mao Zedong, Guevara e Debray que a nova esquerda chega a conclusão da necessidade da luta armada. Verifica-se: a Nova Esquerda vai buscar em Mao, Guevara e Debray a legitimidade teórica de que precisava para lançar-se a luta armada (FILHO, 1985, p. 20).

Além da valorização excessiva do papel da luta armada, outra característica bastante corrente nessas narrativas é a tentativa de equivaler ou potencializar a violência praticada pela esquerda armada em comparação à violência perpetrada pelo Estado. Como descreve Olavo de Carvalho (2013, p. 350),

em 1964, eu estava na esquerda. Por vinte anos odiei e combati o regime, mas nunca pensei em negar suas realizações mais óbvias, como hoje se faz sem nenhum respeito pela realidade histórica, nem ocultar por baixo de suas misérias os crimes incomparavelmente mais graves praticados por comunistas que agora falseiam a memória nacional para posar de anjinhos.

É certo que as ações praticadas pela esquerda armada foram violentas, contudo, é um equívoco pensarmos que a capacidade ofensiva desta era proporcional à capacidade ofensiva do Estado. De acordo com Motta (2021, p. 188), a maioria das ações realizadas pela guerrilha tiveram “natureza defensiva, para manter as organizações funcionando, evitar sua destruição pelas forças do Estado e libertar companheiros presos”. É necessário lembrarmos que a guerrilha se configurava como grupos isolados politicamente, socialmente e economicamente, ao passo que o Estado, além de deter um poder bélico imensamente maior do que os grupos guerrilheiros, já possuía estruturado em 1968/7 quase todo o seu aparato repressivo. Nesse sentido,

é clara a assimetria de forças e recursos entre os lados em disputa; afinal, tratava-se do Estado contra um grupo pequeno de guerrilheiros precariamente armados. O argumento de que a esquerda armada recebeu ajuda de países estrangeiros, sobretudo de Cuba, que treinou mais de uma centena de guerrilheiros, não muda esse quadro de desproporcionalidade, pois o Estado brasileiro contou com ajuda de Estados Unidos, Inglaterra e França, que venderam armas, equipamentos e assessoramento técnico (MOTTA, 2021, p. 190).

De acordo com os militares, o número de mortes causadas pela guerrilha giraria em torno de, aproximadamente, 120 pessoas. Quando comparamos as vítimas da ditadura “o resultado revela a notável desproporção: de acordo com os dados oficiais, a ditadura provocou um número de mortes quatro vezes maior” (MOTTA, 2021, p. 190). Se ampliarmos a violência para além dos assassinatos, só entre 13 de dezembro de 1968 até 15 de julho de 1972, de acordo com o Relatório de 1972 da Anistia Internacional, cerca de “1.081 pessoas foram citadas como torturadas”. Cabe ainda ressaltarmos que,

enquanto homens e mulheres acusados dos mais diversos crimes contra a “segurança nacional” foram investigados, denunciados, julgados e condenados—alguns à morte, outros a prisão perpétua, penas adicionadas à Constituição pela ditadura em 1969—nenhum agente das forças de segurança, civil ou militar, foi responsabilizado administrativamente ou penalmente pelos “excessos” ou pela implementação do terrorismo de Estado, impunidade perpetrada até os dias de hoje (BAUER, 2017, p. 44).

Como pontua o historiador Carlos Fico, a ditadura militar “tinha todas as condições para se contrapor a essas ações violentas da esquerda por meios legais. Não precisava ter recorrido à tortura, não precisava ter recorrido ao assassinato”. Dessa forma, o que a realidade histórica nos permite apreender é que os crimes incomparavelmente mais graves foram realizados pelo Estado brasileiro. O revisionismo/negacionismo presentes nestas obras, além de trabalharem para a absolvição de um passado traumático, reafirmam a culpabilização das vítimas e a impunidade dos perpetradores.

Os autores aqui estudados constroem uma narrativa que visa, entre outras coisas, o apagamento do passado, pois, como pontua Rossi (2010, p. 32), “apagar também tem a ver com esconder, ocultar,

despistar, confundir os vestígios, afastar-se da verdade, destruir a verdade”. Assim, o revisionismo e o negacionismo podem ser entendidos como ferramentas de legitimação política de governos ideologicamente aliados a setores historicamente opressores. Como pontuam Saime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky (2021, p. 9): “governos autoritários, insatisfeitos em torturar pessoas, torturam a História para ver se ela confessa e declara aquilo que eles querem ouvir. Governos antidemocráticos odeiam ouvir a verdade.”

A história da ditadura militar brasileira é perpassada por várias narrativas. As versões revisionistas/negacionistas que dominam o cenário público, atualmente buscam afirmar-se como verdade. Como descreve Olavo de Carvalho (2013, p. 348), “não estaria na hora de repensar a Revolução de 1964 e remover a pesada crosta de slogans pejorativos que ainda encobrem a sua realidade histórica?”. Entretanto, a maioria das afirmações realizadas, tanto por revisionistas ideológicos quanto por negacionistas, fracassam na apresentação de métodos e evidências. Como relembra Fico (2021, p. 44-45),

este é o princípio básico do conhecimento científico: a objetividade do conhecimento corresponde a intersubjetividade do método. Ou seja, é preciso que os pares sejam capazes de reproduzir as etapas metodológicas de nossas pesquisas a fim de validá-las ou refutá-las, portanto, devemos ser claros e explícitos quanto aos nossos métodos, fontes e conceitos. O processo continuado de debate e crítica é o melhor garantidor da verdade do conhecimento histórico (e de qualquer outro conhecimento científico). Por isso é tão importante distinguirmos conhecimento de opinião, como já foi dito. O debate historiográfico é o próprio processo social do conhecimento em realização: o conhecimento objetivo é o que perdura e resiste a crítica continuada.

Nesse sentido, diante destas literaturas que, através do revisionismo/negacionismo, buscam reavivar, no cenário público, versões que tentam levar ao descrédito a historiografia séria – denunciada como “politicamente correta”, “ideológica” e “partidária” –, o conhecimento produzido pelos historiadores ainda se configura como o melhor caminho para o oferecimento da verdade histórica. Como afirma Prost (2020, p. 256), “a força e a importância da história devem-se ao fato de que ela se apoia em verdades comprovadas e detém um saber a respeito da sociedade sobre si mesma”. A reafirmação do caráter científico da historiografia se faz imprescindível na luta contra os usos e abusos da história, pois, como nos lembra Hobsbawm (2013, p. 379), “a história ruim não é inofensiva. Ela é perigosa”. Desse modo, a construção de uma sociedade mais justa perpassa pela afirmação diária da importância da história, assim como a defesa dos critérios de nossa profissão.

## CONCLUSÃO

As memórias sobre o golpe civil-militar, de 1964, nunca se constituíram em um bloco coeso. Durante o processo de transição política, as memórias das vítimas do regime disputaram espaço com as memórias de civis e militares participantes do Estado repressivo. E apesar da construção de uma historiografia crítica que contribuiu para conformar uma caracterização negativa do regime, a falta de um enfrentamento efetivo para com o legado autoritário transformou a ditadura brasileira em um “passado presente” (MOTTA, 2021).

O advento de uma nova e ascendente literatura revisionista ideológica e negacionista de viés abertamente conservador no Brasil destas duas primeiras décadas do século XXI, esteve intimamente ligado com o processo político recente no país e com uma revitalização – amplificada pelas mídias digitais – do pensamento reacionário e de direita em geral, em oposição declarada às políticas progressistas e de memória a respeito dos setores sociais historicamente mais explorados e oprimidos. A descrença nas Instituições políticas e o desgaste dos governos petistas possibilitaram a ascensão de Leandro Narloch e Olavo de Carvalho no cenário público. O destaque de ambas as figuras ocorreu através de uma ampla rede de apoio. Portadores de um discurso reacionário e panfletário, esses autores, através do negacionismo/revisionismo ideológico, vestiram a camisa da guerra contra ao politicamente correto. Amplificados pelo investimento de corporações editoriais, não pouparam ataques aos historiadores e às universidades.

A instrumentalização do passado realizada por estes autores constrói-se tendo por base diversos abusos da história. E apesar de a ditadura militar configurar-se com o principal tema revisto e negado, outros sujeitos e revisionismos/negacionismos surgiram como fator de justificação político ideológico. O deslocamento do passado autoritário para outros temas e períodos da história do Brasil e da história em geral seguiu o mesmo viés antiprogressista que caracteriza as revisões/negações do golpe de 1964, qual seja, marcado pela tentativa de deslegitimação sistemática de figuras históricas e do pensamento alinhado à esquerda política; pela acusação de parcialidade ideológica da historiografia acadêmica consolidada sobre os temas, com vistas a dar “base crítica” para as relativizações de processos calcados como experiências históricas negativas na memória social.

A instrumentalização do revisionismo ideológico e do negacionismo como estratégia narrativa, revelam, primeiramente, a tentativa de silenciamento e exclusão das demandas sociais por justiça e igualdade. Sob o rótulo de “nova história”, essas literaturas chamam a atenção por nascerem velhas e reafirmarem preconceitos sociais existentes, além de alimentarem uma visão maniqueísta da história, que eleva perpetradores à categoria de mocinhos e silencia – quando não busca criminalizar – as camadas mais vulneráveis. Em segundo lugar, além da exclusão dos de baixo, essas literaturas trabalham na corrosão das bases da democracia. Contra os direitos humanos, contra a ciência e contra as políticas de igualdade, o negacionismo/revisionismo ideológico ferem o Estado democrático de direito e, convertidos em práticas de governo, assumem o caráter de políticas e posicionamentos autoritários.

Malgrado a pretensa neutralidade, estas revisões se articulam a agenda política de determinados grupos protagonistas dos processos sociais recentes no Brasil, que buscam a reabilitação e a legitimação do passado autoritário. Cabe aos historiadores, na tentativa de oferecer a sociedade uma história responsável, a análise crítica e a desconstrução dos revisionismos/negacionismo vigentes, a fim de elucidar os usos e abusos da história.

### **Referências bibliográficas**

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO - “**Brasil: Nunca Mais**”. Petrópolis, Vozes, 1985. BRASIL: Nunca mais digital.

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado? História, Historiadores e a Comissão Nacio-**

**nal da Verdade**. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

BAUER, Caroline Silveira. Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo. BORGES, Viviane Trindade (Org.). **Que história pública queremos?** Belo Horizonte: Letra e Voz, 2018. p. 195-203.

CARVALHO, Olavo de. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota** [recurso eletrônico] / Olavo de Carvalho; organização Felipe Moura Brasil. - 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

CHAUÍ, Marilena. O que é Ideologia. **Coleção primeiros passos**. 18. ed. São Paulo: Editora brasiliense s.a. 1985.

CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da competência** [recurso eletrônico] Marilena Chauí; organizador André Rocha. - Belo Horizonte: Autêntica editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Acesso em: 20 jul. 2021.

DE BAETS, Antoon. Uma teoria do abuso da História. Dossiê: História e Demandas Sociais • **Rev. Bras. Hist.** 33 (65) • 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/3zbNZYB56nWgH5FJ-5G3HC5m/?lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2021.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 29- 60.

FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, 2017. DOI: 10.5965/2175180309202017005. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005>. Acesso em: 8 maio. 2023.

FICO, C. Quem escreve a História: a qualificação do Historiador. In: **Novos combates pela história: desafios e ensino**. Carla Bassanezi Pinsky e Jaime Pisky (orgs). Editora Contexto. 2021.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Imagens da Revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos de 1961 a 1971**/ Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá (organizadores). Editora: Marco Zero. 1985.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo, Companhia das Letras, 2013

MORAES, Luís Edmundo de Souza. **O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado**. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312810501\\_ARQUIVO\\_ANPUH-2011-ARTIGO-Luis-Edmundo-Moraes.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312810501_ARQUIVO_ANPUH-2011-ARTIGO-Luis-Edmundo-Moraes.pdf). Acesso em: 22/07/ 2021. 69

MORAES, Luís Edmundo de Souza. **O Negacionismo e as Disputas de Memória: Reflexões sobre intelectuais de extrema-direita e a negação do holocausto**. Disponível em: [http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212957377\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUH-2008.pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212957377_ARQUIVO_ArtigoANPUH-2008.pdf). Acesso em: 22 jul. 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados Presentes: O Golpe de 1964 e a ditadura Militar**. 1. ed.- Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)** (2000). 2000. (Dissertação de Mestrado).

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro** / Marcos Napolitano. - São Paulo: Contexto, 2014.



NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: **Novos combates pela história: desafios e ensino**. Carla Bassanezi Pinsky e Jaime Pisky (orgs). Editora Contexto. 2021.

NARLOCH, Leandro. **Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil**. São Paulo, Leya, 2011.

NETO, Odilon Caldeira; PERLATTO, Fernando. Negacionismos: a negação histórica do Holocausto e a ditadura brasileira de 1964. In: **Dossiê contra o negacionismo da ciência: [recurso eletrônico] a importância do conhecimento científico**/ Organizadores: Marcus Vinicius Dos Santos, Maria Cardoso, Mozahir Salomão Bruck, Belo Horizonte, MG: Editora PUC Minas, 2022.

PINHEIRO, P. S. Autoritarismo e transição. **Revista USP**, [S. l.], n. 9, p. 45 – 56, 1991. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i9p45-56. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25547>. Acesso em: 15 abr. 2022.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. A História contra-ataca. In: **Novos combates pela história: desafios e ensino**. Carla Bassanezi Pinsky e Jaime Pisky (orgs). Editora Contexto. p.09 – 21.

PIRATELI, Marcos Roberto. **Teoria da História, Marxismo e Revolução Russa em Eric Hobsbawm**. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3896.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história** / Antonie Prost; [tradução de Guilherme de Freitas Teixeira]. – 2. Ed.; 6. Reimp. — Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

QUINALHA, Renan Honório. Com quantos lados se faz uma verdade? Notas sobre a Comissão da verdade e a “teoria dos dois demônios. **Revista Jurídica da Presidência** / Brasília – vol.15. Número 105. Fev./ Mai. 2012. Disponível em: Vista do v. 15 n. 105 (2013) ([presidencia.gov.br](http://presidencia.gov.br)). Acesso em: 30 set. 2022.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**/ Marcelo Ridenti- 2. Ed. ver. E ampliada. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ROSSI, Paolo, **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias**/ Paolo Rossi; tradução Nilson Moilin. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SÃO PAULO PAROU ONTEM PARA DEFENDER O REGIME. **Jornal Folha de São Paulo**, 1964. Disponível em: [http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil\\_20mar1964.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_20mar1964.htm). Acesso em: 14 abr. 2022.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O GOLPE CONTRA AS REFORMAS E A DEMOCRACIA POPULISTA. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], n. 02, p. 25 – 35, jun. 1994. ISSN 1678 – 9873. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39405>. Acesso em: 30 set. 2022.

TRAVERSO, Enzo. Revisão e revisionismo. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. **Contribuição à crítica revisionista**/ Carlos Zacarias de Sena Júnior, Demian Bezerra de Melo e Gilberto Grassi Calis. – 1. Ed. — Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017, p. 27 – 36.

TRAVERSO, Enzo. **As novas faces do fascismo. Les Nouveaux visages du fascisme**/ Enzo Traverso. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2021.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **O que a falácia da ditabranda. Revela**. Disponível em: <http://www.contee.org.br/noticias/artigos/art614.asp>. Acesso em: 30 mar. 2022.